

RCD no HABEAS CORPUS Nº 490.209 - SP (2019/0019197-9)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
REQUERENTE : CARLOS FERNANDO NEVES AMORIM
ADVOGADO : CARLOS FERNANDO NEVES AMORIM - SP099246
REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : FREDERICO GUSTAVO TROIANO BUHRER (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 56-57, que indeferiu o pedido de medida liminar.

Nesta petição, o requerente sustenta, em síntese, que: **a)** "a corré [Jenifer], em situação jurídica que pode ser considerada pior que a do réu, está em liberdade" (e-STJ, fl. 102); **b)** "a corré em seu depoimento judicial esclareceu peremptoriamente que o paciente não tinha envolvimento com os fatos" (e-STJ, fl. 102); **c)** não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, previstos no art. 312 do CPP; **d)** é suficiente a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

Pleiteia o deferimento do pleito liminar, para que o paciente seja colocado em liberdade.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, o requerente reitera argumentos expostos na petição inicial deste *mandamus*, não comprovando, de plano, a mencionada ilegalidade.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Solicitem-se novas informações – em especial, cópia da decisão que decretou a prisão preventiva imposta ao paciente – ao Juízo da 9ª Vara Criminal Federal da Subseção Judiciária de São Paulo/SP.

Após, tornem-me os autos conclusos para julgamento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator